

INDICADORES EDUCACIONAIS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: ENTRE A COMPREENSÃO DE DADOS E A TOMADA DE DECISÃO

Luísa Xavier de Oliveira¹
Maria da Conceição Rodrigues Martins²
Ateumice Maria do Nascimento³
Virna da Conceição Moura Fé⁴

RESUMO: este trabalho apresenta resultados da pesquisa “Formação a Distância de Professores para Acompanhamento dos Indicadores Educacionais: uma pesquisa com métodos mistos”, realizado nos municípios de Fortaleza e Tauá do Estado do Ceará, com objetivo de analisar as contribuições de um programa formativo à distância via *web* direcionado aos professores sobre a utilização e acompanhamento de indicadores educacionais específicos da escola e a consequente tomada de decisão. A pesquisa utilizou uma amostra total de 217 sujeitos, assim distribuídos: Fortaleza – 118 pertencentes à rede municipal e 75 à rede estadual; Tauá – 23 pertencentes à rede municipal e 01 à rede estadual. Neste texto, contudo, em virtude do limitado espaço disponível, se restringirá aos dados referentes à rede pública estadual e municipal de ensino da cidade de Tauá e a formação de professores quanto ao uso dos indicadores de desempenho dos alunos. A pesquisa empregou enquanto método de pesquisa o *survey*. O instrumento adotado foi um questionário com perguntas fechadas e abertas. Foram aplicadas técnicas estatísticas na análise dos itens fechados e análise de conteúdo clássica nos itens abertos. Os resultados evidenciam as lacunas presentes no processo formativo dos professores e gestores para o uso dos indicadores educacionais produzidos a partir das avaliações externas em sua tomada de decisão e prática.

Palavras-chave: Formação de professores, Indicadores educacionais, Tomada de Decisão.

INTRODUÇÃO

A preocupação com o crescimento e a competitividade dos países em um mundo globalizado tem trazido os sistemas educacionais para o foco. Brooke (2006, p. 379), afirma que a destinação de maiores recursos à educação “suscita questões relativas à eficácia dos investimentos neste setor e impõe uma aferição cada vez mais detalhada da qualidade da educação oferecida”.

Em um contexto de universalização do ensino fundamental, os debates e as políticas governamentais deslocaram o foco para a expansão das etapas posteriores e para a qualidade,

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Ceará (UECE).- luisaxavier77@yahoo.com.br

² Doutora em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) - flordemariar@outlook.com

³ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Piauí (UFPI) - ateumice-m@hotmail.com

⁴ Graduada em Pedagogia da Universidade Federal do Piauí (UFPI-CSHNB) - maria-irna@hotmail.com

apesar da desigualdade e da exclusão ainda se fazerem presentes na realidade brasileira (OLIVEIRA, 2007).

Os aspectos relativos à equidade e qualidade desigual ou insuficiente impulsionam os sistemas de avaliação, que, neste sentido, disseminariam informações sobre a educação ofertada para a sociedade e contribuiriam para que houvesse reflexão acerca dos sistemas educacionais a fim de aprimorá-los. De acordo com Brooke e Soares (2008, p. 483), a necessidade de se avaliar os sistemas educacionais provém da necessidade de se conhecer a realidade educacional de um país, ou seja, conhecer os dados de “oferta educacional, acesso aos sistemas de ensino, modalidades de ensino, fluxo dos alunos ao longo da trajetória escolar e desempenho escolar”.

Para tanto, a necessidade de se obter dados que traduzam a realidade educacional fomenta a implantação de políticas públicas nacionais, estaduais e municipais que utilizam metodologias de avaliação, comparação e controle, na expectativa de que os dados coletados possam subsidiar as discussões dos interessados e dos protagonistas da educação visando um trabalho coletivo em prol da aprendizagem dos alunos.

A política educacional brasileira exige empenho dos professores e gestores escolares para a melhoria dos indicadores educacionais. A gestão por resultados é uma estratégia recente no âmbito da política educacional, sem perder de vista a garantia da gestão democrática (VIEIRA, 2005b). Embora a perspectiva das Secretarias de Educação dos Estados, professores e gestores escolares apresentem maior tendência à aderência do que à resistência quanto à observância de metas, indicadores e à aceitação de sistemas de avaliação (BROOKE; CUNHA, 2011), ainda se encontram percentual significativo de profissionais da educação que desconhecem, por exemplo, os principais sistemas de avaliação de desempenho do Brasil.

Por outro lado, vale ressaltar que há indícios de que tanto os professores quanto os gestores escolares já começaram a utilizar os resultados das avaliações externas para orientar suas práticas, principalmente explorando os pontos em que os alunos apresentaram mais dificuldade. Silva (2007), no entanto, alerta que esse investimento tem se tornado, por vezes, exacerbado, causando um desequilíbrio, pois conteúdos também importantes são vistos de forma superficial ou omitidos.

Essa é uma discussão que tem pautado os debates escolares e acadêmicos, tendo em vista as avaliações externas normalmente só avaliarem língua portuguesa e matemática, tendo as outras disciplinas sido relegadas ao segundo plano. Ao que parecem, as interpretações e tomadas de decisão são equivocadas por falta de compreensão e discussão acerca dos

objetivos das políticas de avaliação. Diante dessas questões surge a necessidade de investigar: o que pensam os professores sobre os indicadores educacionais gerados pelas avaliações externas em larga escala? De que forma utilizam os indicadores de aprendizagem gerados pelas avaliações em larga escala no desempenho escolar e aprendizagem dos alunos? Esses indicadores de aprendizagem inferem e/ou produzem mudanças na prática pedagógica do professor?

A partir dessas indagações os objetivos se constituíram tomando com base a análise das contribuições de um programa formativo à distância via *web* direcionado aos professores sobre a utilização e acompanhamento de indicadores educacionais específicos da escola e a consequente tomada de decisão. Em virtude do limitado espaço disponível, a pesquisa aqui se restringirá aos dados referentes à rede pública estadual e municipal de ensino da cidade de Tauá, Estado do Ceará (23 professores pertencentes à rede municipal e 01 à rede estadual). Empregou-se como método de pesquisa o *survey* e o instrumento adotado foi um questionário com perguntas fechadas e abertas.

PERCURSO METODOLÓGICO

Este trabalho apresenta resultados da pesquisa “Formação a Distância de Professores para Acompanhamento dos Indicadores Educacionais: uma pesquisa com métodos mistos”, cujo objetivo geral consistiu em analisar as contribuições de um programa formativo a distância via *web* direcionada aos professores sobre a utilização e acompanhamento de indicadores educacionais específicos da escola e a consequente tomada de decisão, nos municípios de Fortaleza (capital) e Tauá (interior). Este texto, contudo, se restringirá aos dados referentes à rede pública estadual e municipal de Tauá e a formação dos professores quanto ao uso dos indicadores de desempenho dos alunos.

Na investigação, adotou-se o que tem sido denominado na literatura como pesquisa com métodos mistos (“*mixed methods research*”) e o delineamento explicativo. Constituído de duas fases, ele apresenta como característica o fato de que os “dados qualitativos ajudam a explicar ou se baseiam em resultados quantitativos iniciais” (CRESWELL; CLARK, 2007, p. 71). Este trabalho explicita a primeira fase da pesquisa no qual empregou-se como método de pesquisa o *survey*, dada a necessidade principal de descrever o fenômeno estudado em relação a uma população. Embora seja muito semelhante a um censo, o *survey* se distingue por examinar, em geral, uma amostra da população; enquanto o censo utiliza toda a população. Foi eleito como desenho básico o *survey* interseccional, que possibilita descrever uma

população, inclusive podendo-se determinar relações entre as variáveis em estudo, a partir de uma amostra em um momento específico (BABBIE, 1999).

A população investigada foi constituída pelo conjunto de professores das escolas públicas municipais e estaduais da sede dos municípios de Fortaleza e Tauá no Estado do Ceará. Adotou-se a amostragem probabilística. Para o cálculo da amostra de professores, empregou-se intervalo de confiança de 95%, estimativa de proporção populacional de 0,5 e erro amostral de 0,05. Obteve-se uma amostra total de 217 sujeitos, assim distribuídos: Fortaleza – 118 pertencentes à rede municipal e 75 à rede estadual; Tauá – 23 pertencentes à rede municipal e 01 à rede estadual. Neste texto referendamos apenas os dados pertinentes aos professores da rede municipal e estadual com sede no município de Tauá, perfazendo uma amostra de 24 professores.

AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM LARGA ESCALA: BREVE OLHAR NA LITERATURA

Nos últimos anos, o interesse pelos fatores associados ao sucesso escolar tem crescido tanto por parte de instituições como de pesquisadores e educadores interessados na gestão no âmbito de sistemas (secretarias e órgãos governamentais) e de escolas (professores, diretores, coordenadores pedagógicos e outros envolvidos nesta esfera de atuação). As primeiras análises surgiram no contexto de países desenvolvidos diante da constatação de que a despeito de altos investimentos nem sempre os resultados dos sistemas escolares eram animadores.

A história do desenvolvimento das avaliações padronizadas em larga escala no Brasil está associada à avaliação de programas educacionais com financiamento federal. Embora se tenha evidência de que, desde os anos 1930, já havia interesse do Estado em tomar a avaliação como parte do planejamento educacional, é no final dos anos 1980 que a avaliação passa, paulatinamente, a integrar políticas e práticas governamentais direcionadas à educação básica (BROOKE; CUNHA, 2011). Inscrita no terreno das reformas, inovações, currículo, programas e projetos, a avaliação em larga escala vem exercendo um papel singular, constituindo como objetivo a promoção de melhoria na qualidade e eficácia da educação (BROOKE, 2008).

Alves (2008) expõe que no início da década de 1980 houve uma melhora nos indicadores educacionais de cobertura escolar devido ao aumento da escolaridade das mães e a diminuição da população em idade escolar. Nessa mesma década, ocorreu em diversos países um aumento no interesse pelas avaliações de sistemas educacionais, o que levou à criação de sistemas de avaliação em larga escala. No Brasil não foi diferente e discussões

sobre o tema resultaram em uma forte tendência à instituição de sistemas de avaliação como estratégia para melhorar o acesso e a qualidade do ensino.

Desde a década de 1990, os estudos, instrumentos e metodologias de avaliação têm sido ampliados com o objetivo de se obter diagnósticos sobre o efeito das escolas e os fatores associados à eficácia escolar.

Durante muitos anos a pesquisa educacional enfatizou os aspectos sociais e políticos da educação com ênfase no direito ao acesso à escola. A ideia de que o sistema escolar deve ser olhado também através dos resultados dos seus alunos só apareceu depois da consolidação do SAEB em 1995. A partir desta data, o país começou a contar com dados descritivos do desempenho dos alunos que podem ser usados não só para o monitoramento do sistema como também para a pesquisa educacional. (BROOKE E SOARES, 2008, p. 463)

A qualidade do ensino ganha centralidade na década de 1990, como objeto de regulação federal demandando um sistema de informações educacionais conjugado com um sistema de avaliação nacional. Franco (2004, p. 46) acredita ser importante à sintonia entre o que se pretende com a avaliação e o modo como a mesma é implementada visto que as decisões tomadas acerca de como conduzir a avaliação abrem “um campo de possibilidades de possíveis contribuições para as políticas educacionais, mas também fecham possibilidades, inviabilizam certas contribuições”.

Em 2005, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) incorpora um sistema que visa avaliar o desempenho de cada escola, denominado, oficialmente, Avaliação Nacional da Educação Básica – (ANEB), e seu complemento, a Prova Brasil, cujo nome oficial é Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC), que avalia o rendimento por escola e também por município. Lançado em 2007, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) mede, através do fluxo escolar (reprovação e permanência) e da nota das avaliações externas (ANEB e ANRESC), o desenvolvimento da educação do Brasil, Estados, Municípios e Escolas. Com ele é permitido traçar metas objetivas para a melhoria das unidades escolares, o que não era possível até então.

Com efeito, avaliação como parte de um processo de coleta e análise de informações para tomada de decisões, torna-se um instrumento impar na educação, uma vez que a avaliação de sistemas pode permitir que gestores atuem mediante informações básicas sobre a rede de ensino. Políticas de avaliação e de responsabilização – *accountability*⁵ – têm sido,

⁵ O termo *accountability* é oriundo da política e conceitualmente se refere a algumas características, das quais destacamos o controle da ação governamental, ou seja, os governos devem prestar contas, informarem e justificarem suas ações, podendo sofrer sanções caso não ajam de acordo com as regras estabelecidas.

implementadas em diversos países com o intuito de tornar públicas as informações sobre o desempenho dos alunos e, conseqüentemente, do trabalho dos atores envolvidos no cotidiano escolar, sendo estes considerados co-responsáveis pelo desempenho alcançado pela instituição escolar.

Para autores como Souza (2007), os indicadores educacionais, gerados a partir dos resultados das avaliações, são instrumentos capazes de orientar professores e gestores, se estes últimos estiverem preparados para interpretá-los da forma adequada. Também expõe que as estratégias elaboradas por esses atores, dependem da qualidade da informação que recebem acerca dos indicadores. Daí a importância em investigar a visão dos professores diante dessas avaliações, tendo em vista que essas percepções podem influenciar o comportamento, ou seja, as ações que são tomadas a respeito da publicação dos resultados institucionais e de desempenho dos alunos.

Sobre essa questão, os debates suscitados refletem a falta de consenso no campo da avaliação educacional e tais preocupações se encontram presentes no cotidiano das escolas impactando na vida dos vários atores que as compõem, tendo em vista que as políticas públicas emergem dos programas de avaliação.

OLHARES E INTERPRETAÇÕES SOBRE OS INDICADORES EDUCACIONAIS E SUA EFETIVIDADE NO CHÃO DA ESCOLA: A TÍTULO DE CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudos, instrumentos e metodologias de avaliação têm sido ampliados com o objetivo de se obterem diagnósticos sobre os sistemas educacionais com o objetivo de conduzir as ações políticas e de gestão em prol da qualidade da educação, embora alguns autores, tais como Fullan & Hargreaves, (2000); Lima, (2011); Esteban, (2009) argumentem que as avaliações não captam as especificidades e complexidades do processo educativo. No campo acadêmico sem que haja consenso entre aqueles que são a favor e os que são contra este tipo de avaliação, revelam-se tendências opostas que têm balizado o debate nos últimos anos. Este debate reverbera no interior das escolas, onde professores e gestores lidam com as avaliações, se apropriam de sua dinâmica específica e tentam compreender como as mesmas interferem no seu trabalho.

Com base nos dados coletados com a aplicação do questionário foi possível identificar: a compreensão que os professores e gestores escolares detêm sobre os indicadores educacionais; a utilização dos indicadores educacionais na escola, nas decisões, na

operacionalização das ações na instituição escolar, bem como as sugestões propostas em relação à formação para o uso e acompanhamento dos indicadores educacionais por parte dos professores.

Ao serem questionados sobre o que representava os indicadores educacionais, os gestores demonstraram total desconhecimento conceitual do tema. Os depoimentos abaixo são representativos dessa afirmação:

“Não entendo”. (PROFESSOR 01)

“São os índices obtidos com as avaliações internas e externas”. (PROFESSOR 2)

“Acompanhamento diário e pedagógico das escolas”. (PROFESSOR 3)

“É algo essencial para avaliar os pontos negativos e positivos de uma escola”. (PROFESSOR 4)

Em vista das respostas, é possível aferir o fato de que os professores em sua maioria ainda não detêm uma compreensão efetiva sobre os indicadores educacionais e como os mesmos se apresentam no cotidiano da escola em prol da aprendizagem dos alunos. Krasilchik (2001) afirma que uma das funções da avaliação é obter e interpretar dados sobre o aprendizado dos estudantes e informar os resultados à sociedade com vistas ao aperfeiçoamento.

A avaliação é um instrumento educativo das pessoas que nela se envolvem, uma vez que intervém qualitativamente no desenvolvimento dos processos e nas estruturas comunicativas ao “produzir, organizar, consolidar e sistematizar os conhecimentos, ao mesmo tempo em que coordena e instiga os juízos críticos internos e externos” (DIAS SOBRINHO, 2005, p.65-66). Essa compreensão, contudo, se faz presente na minoria (03 professores) dos sujeitos participantes da pesquisa, como podemos acompanhar nas falas a seguir:

“Os indicadores são competências e habilidades que são esperadas que os alunos atinjam em um determinado nível de aprendizagem”. (PROFESSOR 5)

“Os indicadores nos informam o nível de competência e habilidades dos nossos educandos levando assim a escola a trabalhar com mais frequência essas deficiências diagnosticadas”. (PROFESSOR 6)

“São dados relevantes que servem para direcionar as atividades pedagógicas em função da melhoria da aprendizagem dos alunos”. (PROFESSOR 7)

Deste modo, a construção de uma cultura avaliativa pode ser capaz de oferecer subsídios para tomada de decisões na perspectiva da qualidade. Contudo, a implantação de uma proposta de avaliação nos termos citados ainda não está completamente consolidada. O desafio ainda é a apropriação dos resultados obtidos pelos atores da escola, bem como a utilização dos mesmos com o objetivo de orientar as atividades de ensino. Souza e Oliveira (2010, p. 65-66) expõe que:

o objetivo de uma avaliação desta natureza não é o de mostrar o perfil de desempenho pedagógico de cada um dos alunos ou das escolas nas quais as provas são aplicadas, de maneira isolada, mas o de estabelecer perfis pedagógicos mais ampliados, por estados ou por regiões geoeducacionais.

Quando questionados sobre utilização dos indicadores educacionais de sua escola, nas suas decisões na operacionalização das ações, dos 24 (vinte e quatro) participantes da pesquisa, 06 (seis) professores afirmaram não utilizar as informações produzidas, enquanto 18 (dezoito) afirmaram utilizar os dados referentes aos indicadores no cotidiano das atividades pedagógicas em função da melhoria da aprendizagem dos alunos, bem como no andamento das ações trabalhadas dentro da instituição escolar. Essa realidade destoa das afirmações apresentadas pela grande maioria dos professores no que diz respeito ao seu conhecimento e compreensão sobre o papel dos indicadores educacionais no fazer da escola.

As formas como as avaliações são introduzidas nas escolas e as formas de divulgação dos resultados podem influenciar nas discussões e práticas dos professores em função de suas percepções. Com efeito, as reações diferentes diante do desconhecimento e do entendimento superficial, podem produzir distanciamento, resistência, submissão e passividade, mas também um esforço para compreensão e utilização dos resultados por parte dos gestores.

Outro ponto significativo da pesquisa diz respeito às sugestões efetuadas pelos professores quanto à formação a ser promovida para o uso e acompanhamento dos indicadores educacionais. Segundo os mesmos a eficiência e eficácia das informações, socialização, operacionalização e uso dos resultados produzidos pelas avaliações externas deve perpassar, sobretudo pelas formações, como pode ser visto nos depoimentos a seguir:

“Uma formação adequada que venha suprir as nossas necessidades e que possa contribuir para o desenvolvimento do nosso trabalho de forma positiva” (PROFESSOR 5).

“Creio que temos necessidade em saber compreender melhor como os cálculos são feitos e analisá-los melhor estatisticamente para compreender melhor seu uso pedagógico”. (PROFESSOR 6)

“Sugiro que seja oferecido aos professores esse curso para que a gente possa aprender a fazer uma "leitura" desses indicadores”. (PROFESSOR 7)

“Formação e capacitação para os gestores” (PROFESSOR 1).

“Discutir e implementar metas, capacitação do núcleo gestor” (PROFESSOR 2).

“Formação de professores e gestores da rede pública”. (PROFESSOR 3)

Durante todo o percurso da pesquisa ficaram evidentes as lacunas presentes no processo formativo dos professores para o uso dos indicadores educacionais produzidos a partir das avaliações externas em sua tomada de decisão e prática. Além de representar a omissão de políticas públicas em desenvolver processo formativo, restam evidentes outros fatores, tais como a ausência da real compreensão do que é avaliação externa, bem como o que são os indicadores e os objetivos para os quais foram elaborados. Esses elementos são indispensáveis à competência teórico-prático, sendo norteadora de sua prática profissional.

REFERÊNCIAS

ABDIAN, G. Z. **Avaliação em larga escala e qualidade de ensino: a percepção de gestores e docentes de municípios do sul e sudeste.** *XII Encontro Estadual da ANPAE-SP e VIII Encontro Regional da ANPAE-Sudeste*, Campinas, p. 129-140, 2012.

ALVES, M. T. G. & FRANCO, C. A pesquisa em eficácia escolar no Brasil: evidências sobre o efeito das escolas e fatores associados à eficácia escolar. In. BROOKE & SOARES (orgs) **Pesquisa em eficácia escolar: origens e trajetórias.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

BABBIE, E. **Métodos de pesquisas de survey.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

BONAMINO, Alícia; SOUSA, Zákia. **Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil:** interfaces com o currículo da/na escola. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v.38, n.2, p.373-388, abr/jan de 2012.

BROOKE, N. **O futuro das políticas de responsabilização educacional no Brasil.** *Cadernos de Pesquisa*, v. 36, n. 128, p. 377-401, maio/ago, 2006.

_____ & SOARES (orgs) **Pesquisa em eficácia escolar: origens e trajetórias.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

BROOKE, N. e CUNHA, M. A. A. **A avaliação externa como instrumento de gestão educacional nos estados.** *Estudos & Pesquisas Educacionais – Fundação Victor Civita*, v. 2, p. 3-64, 2011.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** tradução Luciana de Oliveira da Rocha, 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. 248 p.

DIAS SOBRINHO, José. O sentido ético da avaliação. In: APPEL, Emmanuel (Org.). **A Universidade na encruzilhada. Universidade: por que e como reformar?** UNESCO/MEC: Brasília, 2005.

ESTEBAN, M. T. **Provinha Brasil: desempenho escolar e discursos normativos sobre a infância.** *Sísifo - revista de ciências da educação*, n.º 9, Avaliação em Educação: Perspectivas Ibero-Americanas. Mai/Jun/Jul/Ago, 2009.

FULLAN, M.; HARGREAVES, A. **A escola como organização aprendente: buscando uma educação de qualidade.** 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

KRASILCHIK, M. As relações pessoais na escola e a avaliação. In: De Castro, A.D. & Carvalho, A.M.P. (orgs.) **Ensinar a Ensinar: Didática para a Escola Fundamental e Média.** São Paulo: Thomson Learning, 2001 (p.165-175).

LIMA, R. S. P. **Programas de responsabilização de professores: análise crítica dos fundamentos teórico-conceituais.** *CEDE – Centro de estudos sobre Desigualdade e Desenvolvimento*, Texto para Discussão Nº 42 – Maio, 2011. Disponível em: www.proac.uff.br/cede.

OLIVEIRA, R. P. **DA Universalização do Ensino Fundamental ao Desafio da Qualidade: Uma Análise Histórica.** *Educação e Sociedade.*, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 661-690, out. 2007. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>.

SILVA, M. J. A. **O sistema mineiro de avaliação da educação pública: impactos na escola fundamental de Uberlândia.** *REICE. Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación*, vol. 5, 2007. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/src/inicio>

SOUZA, S. Z. & OLIVEIRA, R. P. **Sistemas estaduais de avaliação: uso dos resultados, implicações e tendências.** *Cadernos de Pesquisa*, v.40, n.141, p.793-822, set./dez. 2010.

VIEIRA, S. L. Educação e gestão: extraindo significados da base legal. In: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CEARÁ. **Novos paradigmas de gestão escolar.** Fortaleza: SEDUC, 2005a. p. 7-26.